



Item 08 – Demonstração dos Fluxos de Caixa do município (Anexo 18 da Lei Federal nº 4.320/64), incluindo o Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o Quadro de Desembolso de Pessoal e Demais Despesas por Função e o Quadro de Juros e Encargos da Dívida, acompanhado das respectivas notas explicativas. **(conforme modelos constantes nos anexos X e XV, no que couber)**, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2).

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAUDALHO**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**JANEIRO A DEZEMBRO**  
**CONSOLIDADO**

Exercício de 2019



Documento Assinado Digitalmente em: https://www.paudalho.ma.gov.br/validador/validador.asp?documento=4419-8c7e-721f03750a0b0908-4419-8c7e-721f03750a0b0908

<b>QUADRO PRINCIPAL</b>			
<b>FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		147.585.821,67	130.595.681,44
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		11.562.841,13	8.019.744,11
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		6.621.474,49	4.790.188,01
Receita de Contribuições		3.040.538,30	2.677.510,00
Receita Patrimonial		1.280.010,00	0,00
Receita Agropecuária		0,00	0,00
Receita Industrial		0,00	0,00
Receita de Serviços		160.624,58	26.900,00
Outras Receitas Originárias		206.723,95	304.988,00
Remuneração das Disponibilidades		253.469,81	220.103,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	A	103.494.315,01	91.127.240,00
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		32.528.665,53	31.448.507,87
Ingressos Extra-orçamentários		9.595.571,72	9.097.406,41
Transferências Financeiras Recebidas		22.933.093,81	22.351.100,00
DESEMBOLSOS (Incluídos pagto de RP)		134.769.880,36	124.741.903,05
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	B	102.770.741,86	94.474.306,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	C	290.021,68	22.200,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	A	331.826,50	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		31.377.290,32	30.245.396,05
Desembolsos Extra-Orçamentários		8.444.196,51	7.893.600,00
Transferências Financeiras Concedidas		22.933.093,81	22.351.600,00
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)</b>		<b>12.815.941,31</b>	<b>5.853.608,44</b>
<b>FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
DESEMBOLSOS		6.902.722,43	7.304.102,32
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE		6.902.722,43	7.304.102,32
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)</b>		<b>-6.902.722,43</b>	<b>-7.304.102,32</b>
<b>FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INGRESSOS		6.066.648,25	4.015.334,87
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL RECEBIDOS		6.066.648,25	4.015.334,87
DESEMBOLSOS		2.307.124,05	2.044.728,93
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTOS		2.307.124,05	2.044.728,93
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)</b>		<b>3.759.524,20</b>	<b>1.970.605,94</b>
<b>APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO</b>	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL</b>		<b>7.663.072,21</b>	<b>7.115.214,63</b>

MARCELLO FUCHS CAMPOS GOUVEIA  
 PREFEITO  
 053.901.384-65

TADEU ANDRÉ BEZERRA DE SANDE  
 CONTADOR  
 CRC N° 017.226/0-3

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAUDALHO**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**JANEIRO A DEZEMBRO**  
**CONSOLIDADO**

Exercício de 2019



Documento Assinado Digitalmente por: MARCELLO FUCHS CAMPOS GOUVEIA, PREFEITO  
 Acesse em: https://epec.pes.gov.br/epi/validaDoc.shtm

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
(+)GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		9.672.743,08	520.111,22
(=)CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		17.335.815,29	7.635.336,56

A - QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS			
	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS</b>			
Intergovernamentais		103.494.315,01	91.127.240,00
da União		72.920.455,52	61.200.200,00
de Estados e Distrito Federal		63.433.341,47	52.755.207,00
de Municípios		9.487.114,05	8.445.002,00
Intragovernamentais		0,00	0,00
Intragovernamentais		0,00	0,00
Outras Transferências		30.573.859,49	29.926.999,00
<b>Total das Transferências Recebidas</b>		<b>103.494.315,01</b>	<b>91.127.240,00</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</b>			
Intergovernamentais		331.826,50	
da União		0,00	
de Estados e Distrito Federal		0,00	
de Municípios		0,00	
FUNDEB (Retenções)		0,00	
Outras Deduções de Receita(Renuncia,Rest,Desc)		0,00	
Intragovernamentais		0,00	
Outras transferências concedidas		331.826,50	
<b>Total das Transferências Concedidas</b>		<b>331.826,50</b>	

MARCELLO FUCHS CAMPOS GOUVEIA  
 PREFEITO  
 053.901.384-65

TADEU ANDRÉ BEZERRA DE SANDE  
 CONTADOR  
 CRC N° 017.226/O-3

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAUDALHO**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**JANEIRO A DEZEMBRO**  
**CONSOLIDADO**

Exercício de 2019



Documento Assinado Digitalmente por TADEU ANDRÉ BEZERRA DE SANDE  
 Acesse em: <https://eic.tee.pe.gov.br/>

<b>B - QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO</b>			
	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
LEGISLATIVA		3.506.702,41	3.413.983,36
ADMINISTRAÇÃO		8.586.637,31	7.184.999,40
SEGURANÇA PÚBLICA		1.535.946,62	1.406.156,15
ASSISTÊNCIA SOCIAL		3.026.892,19	2.613.205,55
PREVIDÊNCIA SOCIAL		366.372,41	373.374,41
SAÚDE		26.041.921,74	23.701.707,77
EDUCAÇÃO		42.175.263,26	38.918.740,81
CULTURA		2.759.419,92	3.129.106,91
URBANISMO		13.195.162,19	11.126.289,99
GESTÃO AMBIENTAL		13.920,47	5.820,00
AGRICULTURA		81.846,18	142.202,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS		12.670,95	12.409,88
TRANSPORTE		452.751,74	214.780,88
DESPORTO E LAZER		169.337,28	965.085,55
ENCARGOS ESPECIAIS		845.897,19	1.266.441,29
<b>Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função</b>		<b>102.770.741,86</b>	<b>94.474.395,94</b>

<b>C - QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA</b>			
	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		290.021,68	22.280,40
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida		0,00	0,00
<b>Total dos Juros e Encargos da Dívida</b>		<b>290.021,68</b>	<b>22.280,40</b>

MARCELLO FUCHS CAMPOS GOUVEIA  
 PREFEITO  
 053.901.384-65

TADEU ANDRÉ BEZERRA DE SANDE  
 CONTADOR  
 CRC N° 017.226/O-3

## MUNICÍPIO DE PAUDALHO

### Resolução TC nº 66, de 04 de dezembro de 2019

#### Anexo 8 – Fluxo de Caixa

#### 1. Contexto Operacional

As atividades operacionais da Município de Paudalho são amparadas pela lei Municipal nº 883, de 26 de dezembro de 2018 (Lei Orçamentária Anual – LOA) e pelas leis que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2019.

As ações desenvolvidas pelo Município estão agrupadas nas seguintes funções de governo previstas na Portaria Ministerial nº 42, de 14 de abril de 1999: Legislativa, Administração, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Comércio e Serviços, Comunicações, Transporte, Desporto e Lazer e Encargos Especiais.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município (DCON) foram elaboradas com base nos dados extraídos do sistema contábil **SCPI (Sistema de Contabilidade Pública Integrada) da Fiorilli Software**, incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial dos Poderes: Executivo compreendendo os Órgãos da Administração Direta e Indireta e Legislativo, compreendendo a Câmara Municipal.

Tais documentos contábeis constantes no processo de prestação de contas anual foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 877, de 18 de dezembro de 2018, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, observadas as seguintes normas do Conselho Federal de Contabilidade:





XNBC	Nome da Norma	IFAC
<a href="#">NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL</a>	<b>Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público</b>	Conceptual Framework
<a href="#">NBC TSP 01</a>	<b>Receita de Transação sem Contraprestação</b>	IPSAS 23
<a href="#">NBC TSP 02</a>	<b>Receita de Transação com Contraprestação</b>	IPSAS 9
<a href="#">NBC TSP 03</a>	<b>Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes</b>	IPSAS 19
<a href="#">NBC TSP 04</a>	<b>Estoques</b>	IPSAS 12
<a href="#">NBC TSP 05</a>	<b>Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente</b>	IPSAS 32
<a href="#">NBC TSP 06</a>	<b>Propriedade para Investimento</b>	IPSAS 16
<a href="#">NBC TSP 07</a>	<b>Ativo Imobilizado</b>	IPSAS 17
<a href="#">NBC TSP 08</a>	<b>Ativo Intangível</b>	IPSAS 31
<a href="#">NBC TSP 09</a>	<b>Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa</b>	IPSAS 21
<a href="#">NBC TSP 10</a>	<b>Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa</b>	IPSAS 26
<a href="#">NBC TSP 11</a>	<b>Apresentação das Demonstrações Contábeis</b>	IPSAS 1
<a href="#">NBC TSP 12</a>	<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa</b>	IPSAS 2
<a href="#">NBC TSP 13</a>	<b>Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis</b>	IPSAS 24
<a href="#">NBC T 16.7</a>	<b>Consolidação das Demonstrações Contábeis (revogada a partir de 1º/1/21)</b>	não há
<a href="#">NBC T 16.11</a>	<b>Sistema de Informação de Custos do Setor Público</b>	não há

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);



- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- VII. Notas Explicativas.

As DCON guarda conformidade com as Instruções de Procedimentos Contábeis(IPC) de números: 00- Plano de Transição para implantação da nova contabilidade; 01- Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02- Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03- Encerramento de contas contábeis no PCASP;04- Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05- Metodologia para Elaboração das Demonstrações das Variações Patrimoniais; 06- Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro; 07- Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário; 08- Metodologia para Elaboração da Demonstração de Fluxo de Caixa; 10- Contabilização dos Consórcios Públicos; 11- Contabilização de Retenções; 12- Contabilização de Cessão de Bens Móveis e Imóveis; 13- Contabilização de Cessão de Direitos Creditórios; 14- Procedimentos Contábeis relativos ao RPPS; e 15- Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de natureza patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

## 2- Informações Gerais

**Nome da Entidade:** MUNICÍPIO DE PAUDALHO

**Natureza Jurídica:** 124-4 MUNICÍPIO

**Domicílio do Órgão:** AV.RAUL BANDEIRA, nº 21 CENTRO, PAUDALHO - PE

**CEP:** 55.825-000

**Telefone:** (81) 3636-1156

**CNPJ:** 11.097.383/0001-84

**E-mail:** [paudalho@paudalho.pe.gov.br](mailto:paudalho@paudalho.pe.gov.br)

**Site:** <https://www.paudalho.pe.gov.br/portal/>

**Dados dos Representantes Legais:** Marcello Fuchs Campos Gouveia

**Período de gestão:** 01/01/2019 a 31/12/2019

**Natureza das operações e principais atividades do órgão**



O Município de Paudalho conta atualmente com uma população estimada pelo IBGE em 51.357 habitantes (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/paudalho/panorama>), está situado à 47,0 km da Cidade de Recife, e possui uma extensão territorial total de 274,776 km<sup>2</sup>. Tem como coeficiente individual do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 2,2. Durante o exercício de 2019 a execução orçamentária baseou-se na Lei Municipal nº 883 de 26 de Dezembro de 2018. Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

**Endereço eletrônico do Portal da Transparência:**

<http://143.137.216.35:5656/Transparencia/>

**Nome do Software de Contabilidade Pública: SCPI (Fiorilli Software)**

**Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das Demonstrações Contábeis**

**Nome: Tadeu André Bezerra de Sande**

**CRC: 017.226/O-3/PE**

**E-mail: [tadeusande@uol.com.br](mailto:tadeusande@uol.com.br)**

**A) DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO E COM AS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICÁVEL**

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 02 de 22 de dezembro de 2016 e Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição. A metodologia de registro, mensuração e evidenciação submetem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP 16.6. Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publicados pelo IFAC através das IPSAS.

**B) CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Foram consolidadas as Demonstrações Contábeis das seguintes entidades municipais:

- a) Administração Direta: Prefeitura Municipal de Paudalho
- b) Autarquia Municipal de Trânsito



- c) Poder Legislativo
- d) Fundo Municipal de Saúde
- e) Fundo Municipal de Assistência Social
- f) Fundo Municipal de Educação
- g) Fundo de Desenvolvimento Municipal
- h) Fundo Municipal de Direito da Criança e do Adolescente
- i) CONANAS – Consórcio dos Municípios

### **C) RESUMO DAS POLITICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS**

Os registros inerentes aos atos e fatos contábeis da prestação de contas anual foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8º edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 877, de 18 de dezembro de 2018, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, observadas as seguintes normas do Conselho Federal de Contabilidade. Sendo a moeda utilizada o real(R\$), não tendo registros em moeda estrangeira que necessitasse de conversão de valores a moeda nacional vigente.

#### **C.A) BASES DE MENSURAÇÃO UTILIZADAS**

No que concerne o sistema orçamentário foi observado o art. 35 da Lei n.º 4.320/64 e NBCASP, sendo utilizado o regime misto, sendo de caixa para receitas e competências para as despesas.

A base de mensuração para ativos e passivos seguiu o MCASP, onde busca satisfazer os objetivos da elaboração e divulgação da informação de natureza contábil pelas entidades do setor público ao fornecer as informações que possibilitem aos usuários avaliarem:



- a. O custo dos serviços prestados no período, em termos históricos ou atuais;
- b. A capacidade operacional – a capacidade da entidade em dar suporte à prestação de serviços no futuro por meio de recursos físicos e outros; e
- c. A capacidade financeira – a capacidade da entidade em financiar as suas próprias atividades.

### c.a.1) Bases de mensuração dos ativos

Base de mensuração	Descrição	Entrada ou saída	Observável ou não, no mercado	Específica, ou não, à entidade
Custo histórico	Valor para se adquirir ou desenvolver um ativo, o qual corresponde ao caixa ou equivalentes de caixa ou o valor de outra importância fornecida à época de sua aquisição ou desenvolvimento.	Entrada	Geralmente observável	Específica para a entidade
Valor de mercado (quando o mercado é aberto, ativo e organizado)	Montante pelo qual um ativo pode ser trocado entre partes cientes e dispostas, em transação sob condições normais de mercado	Entrada e saída	Observável	Não específica para a entidade
Valor de mercado (em mercado inativo)		Saída	Depende da técnica de atribuição de valor	Depende da técnica de atribuição de valor
Custo de reposição ou substituição	Custo mais econômico exigido para a entidade substituir o potencial de serviços de ativo (inclusive o montante que a entidade recebe a partir de sua alienação ao final da sua vida útil) na data do relatório.	Entrada	Observável	Específica para a entidade
Preço líquido de venda	Montante que a entidade pode obter com a venda do ativo após deduzir os gastos para a venda.	Saída	Observável	Específica para a entidade
Valor em uso	Valor presente, para a entidade, do potencial de serviços ou da capacidade de gerar benefícios econômicos remanescentes do ativo, caso este continue a ser utilizado, e do valor líquido que a entidade receberá pela sua alienação ao final da sua vida útil.	Saída	Não observável	Específica para a entidade

Fonte: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 877, de 18 de dezembro de 2018



### c.a 2) Bases de mensuração dos passivos

Base de mensuração	Descrição	Entrada ou saída	Observável, ou não, no mercado	Específica, ou não, à entidade
Custo histórico	Importância recebida para se assumir uma obrigação, a qual corresponde ao caixa ou equivalentes de caixa, ou ao valor de outra importância recebida à época na qual a entidade incorreu no passivo.	Entrada	Geralmente observável	Específica para a entidade
Custo de cumprimento da obrigação	Custos nos quais a entidade incorre no cumprimento das obrigações representadas pelo passivo, assumindo que o faz da maneira menos onerosa.	Entrada	Não observável	Específica para a entidade
Valor de mercado (quando o mercado é aberto, ativo e organizado)	Montante pelo qual um passivo pode ser liquidado entre partes cientes e interessadas em transação sob condições normais de mercado.	Entrada e saída	Observável	Não específica para a entidade
Valor de mercado (em mercado inativo)		Saída	Depende da técnica de atribuição de valor	Depende da técnica de atribuição de valor
Custo de liberação	Montante que corresponde à baixa imediata da obrigação. Montante que o credor aceita no cumprimento da sua demanda, ou que terceiros cobrariam para aceitar a transferência do passivo do devedor.  Termo utilizado no contexto dos passivos para se referir ao mesmo conceito de preço líquido de venda utilizado no contexto dos ativos.	Saída	Observável	Específica para a entidade



Preço presumido	Montante que a entidade racionalmente aceitaria na troca pela assunção do passivo existente.  Termo utilizado no contexto dos passivos para se referir ao mesmo conceito do custo de reposição para os ativos.	Entrada	Observável	Específica para a entidade
-----------------	--	---------	------------	----------------------------

Fonte: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 877, de 18 de dezembro de 2018

### c.a.3) Disponibilidades

Composto por dinheiro, valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. As disponibilidades são registradas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis e as aplicações de liquidez imediata são mensuradas e avaliadas pelo valor justo, atualizadas até a data das demonstrações contábeis.

### c.a.4) Créditos e Obrigações

Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações são mensurados ou avaliados de acordo com as bases de mensuração dos ativos e dos passivos, feita a conversão quando em moeda estrangeira, a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

Os riscos referentes ao recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

Direitos, títulos de crédito e as obrigações prefixadas são ajustados a valor presente e os pós-fixados são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento das demonstrações contábeis.

Os valores reconhecidos como provisão devem corresponder a melhor estimativa de desembolso necessário para liquidar a obrigação presente na data das demonstrações presente na data das demonstrações contábeis.

### c.a.5) Estoques

Compreendem as mercadorias para uso, os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. São avaliados e mensurados pelo valor de custo histórico ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor, exceto: estoques adquiridos sem contraprestação, que devem ser mensurados pelo valor justo; e os bens de almoxarifado que devem ser mensurados pelo preço médio ponderado das compras em conformidade com o inciso III do art. 106 da Lei 4.320/64. Devem ser mensurados pelo custo histórico ou pelo custo corrente de reposição, dos dois o menor, os estoques mantidos para a distribuição



gratuita ou os de consumo no processo de produção de mercadorias a serem distribuídas gratuitamente.

Havendo a possibilidade de redução do valor do estoque mediante as contas para ajustes de perdas ou de redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

#### **c.a 6) Imobilizado**

Compreendem os bens móveis e imóveis da instituição. Os ativos imobilizados, incluindo os gastos adicionais ou complementares, são reconhecidos inicialmente pelo valor de aquisição, construção ou produção, após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão, bem como a redução ao valor recuperável e a reavaliação. Os gastos posteriores a aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros.

#### **c.a 7) Intangível**

Um ativo se enquadra na condição de ativo intangível quando pode ser identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. Devem ser mensurados ou avaliados inicialmente pelo custo, após o reconhecimento, o órgão ou entidade deve escolher reconhecer um ativo intangível pelo modelo de custo, menos a amortização e a eventual perda por redução ao valor recuperável acumuladas, ou pelo modelo de reavaliação, quando aplicável.

#### **c.a 8) Depreciação**

Quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação sistemática durante esse período. A depreciação tem como característica fundamental a redução do valor do bem e se inicia a partir do momento em que o item do ativo se torna disponível para uso. A causa que influencia a redução do valor é a existência de duração limitada, prazo legal ou contratualmente limitado.

#### **c.a 9) Amortização**

A amortização é realizada para elementos patrimoniais de direitos de propriedade e bens intangíveis que tiverem a vida útil econômica limitada e tem como característica fundamental a redução do valor do bem. Inicia a partir do momento que o ativo estiver disponível para uso e cessa na data que o ativo é classificado como mantido para venda, quando estiver totalmente amortizado ou na data em que ele é baixado, o que ocorrer primeiro.



### **c.a 10) Exaustão**

A exaustão é realizada para elementos de recursos esgotáveis que tiverem a vida útil econômica limitada e tem como característica fundamental a redução do valor do bem e a principal causa da redução do valor é a exploração de recursos naturais, como minerais ou florestais.

### **c.a 11) Redução ao valor recuperável**

É a perda de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços de ativo superior ao reconhecimento sistemático da redução do valor devido a depreciação. A redução ao valor recuperável reflete, portanto, o declínio na utilidade do ativo para a entidade que o controla. Sendo assim, a entidade deve avaliar, na data das demonstrações contábeis, se há indicação de que o ativo possa ser objeto de redução ao valor recuperável.

### **c.a 12) Provisões, Passivo contingente e Ativo contingente**

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto. Deve ser possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação para que o valor reconhecido como provisão seja o melhor para extinguir a obrigação presente na data das demonstrações contábeis.

Os passivos contingentes não devem ser reconhecidos em contas patrimoniais. No entanto, deverão ser registrados em contas de controle do PCASP e divulgados em notas explicativas. A avaliação periódica deve ocorrer para determinar se a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços se tornou provável. Caso a saída se torne provável, uma provisão deverá ser reconhecida nas demonstrações contábeis do período em que ocorreu a mudança na probabilidade.

Ativos contingentes usualmente decorrem de eventos não planejados ou não esperados que não estejam totalmente sob o controle da entidade e que acarretam a possibilidade de um ingresso de recursos sob a forma de benefícios econômicos ou potencial de serviços. Assim, há incerteza quanto ao ingresso de recursos.

### **c.a 12) Variações patrimoniais aumentativas e diminutivas**

As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público e que afetam o resultado, que correspondem ao aumento (VPA) ou diminuição (VPD) na situação patrimonial líquida da entidade não oriundo de distribuições aos proprietários.

O reconhecimento da variação patrimonial pode ocorrer em três momentos: para a variação patrimonial aumentativa, antes, depois ou no momento da



arrecadação da receita orçamentaria e para a variação patrimonial diminutiva, antes depois ou no momento da liquidação da despesa orçamentaria.

## D) JULGAMENTOS PELA APLICAÇÃO DAS POLITICAS CONTÁBEIS

### I. Classificação de ativos:

Não existiu mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

### II. Constituição de provisões:

Tivemos a constituição de provisão para créditos provenientes da dívida ativa tributária. Considerando a metodologia do Tesouro Nacional, sendo classificado em baixo, médio e alto risco.

### III. Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não tivemos o lançamento das variações patrimoniais de modo significativo além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

### IV. Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

## Nota 1- Demonstração de Fluxo de Caixa

A DFC foi elaborada pelo método direto e evidenciam as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas nos seguintes fluxos, de acordo com as atividades da entidade: operacionais, de investimento e de financiamento. A soma dos três fluxos deverá corresponder à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício de referência. Foi elaborado de acordo com a estrutura definida no item IPC 08- STN.

### 1.1 – Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

Os ingressos representam à arrecadação de receitas correntes pela entidade, bem como as transferências de recursos correntes no decorrer do exercício, excluídas as referidas deduções. As receitas extraorçamentárias estão incluídas no item Outros ingressos operacionais.

Os Desembolsos representam as Despesas Orçamentárias pagas no exercício



bem como pagamento de restos a pagar de exercícios anteriores. O saldo de Outras Transferências Concedidas representa o valor pago a título de subvenções sociais as entidades do terceiro setor do município. As despesas extraorçamentárias estão incluídas no item outros desembolsos operacionais.

A conta de Transferências Correntes Recebidas apresentam um montante de R\$ 103.494.315,01, sendo a conta de maior relevância na receita da entidade. Já conta que representa a maior relevância na despesa é a de Pessoal e Demais Despesas no valor de R\$ 102.770.741,86.

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	R\$	147.585.821,67
Desembolsos	R\$	134.769.880,36
Fluxo de Caixa Líquido	R\$	12.815.941,31

### 1.2 – Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

Compreendem as despesas referentes à aquisição de ativos não circulantes, tais como as Obras e Instalações realizadas, Aquisição de Equipamentos e Material permanente e a Aquisição de terrenos realizados pela entidade.

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	R\$	0,00
Desembolsos	R\$	6.902.722,43
Fluxo de Caixa Líquido	R\$	-6.902.722,43

### 1.3 – Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

As atividades de financiamento compreendem as transferências de capital recebidas pela entidade dos governos estadual e federal, bem como o desembolso de despesas com amortização da dívida de parcelamentos já elencados nas notas do balanço patrimonial.

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	R\$	6.066.648,25
Desembolsos	R\$	2.307.124,05
Fluxo de Caixa Líquido	R\$	3.759.524,20



## Nota 2 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

O resultado da soma das atividades operacionais, de investimento e de financiamento apresentou saldo positivo na ordem de R\$ 9.672.743,08, com um Caixa ou Equivalente de Caixa Inicial de R\$ 7.663.072,21 e valor que corresponde ao Caixa e Equivalente de Caixa Final de R\$ 17.335.815,29.

## Nota 3 – Itens mais relevantes do Fluxo de Caixa

ITENS MAIS RELEVANTES NA DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA			
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
RELEVÂNCIA	DESCRIÇÃO	VALOR(R\$)	
		2019	2018
<b>INGRESSO</b>			
1º	Transferências correntes recebidas	103.494.315,01	56.534.879,41
2º	Transferências financeiras recebidas	22.933.093,81	13.314.270,23
<b>DESEMBOLSO</b>			
1º	Pessoal e demais despesas	102.770.741,86	55.928.559,95
2º	Transferências financeiras concedidas	22.933.093,81	19.783.565,30

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
RELEVÂNCIA	DESCRIÇÃO	VALOR(R\$)	
		2019	2018
<b>INGRESSO</b>			
1º	Alienação de bens	0,00	0,00
2º	Amortização de empréstimos e financiamentos	0,00	0,00
<b>DESEMBOLSO</b>			
1º	Aquisição de ativo não circulante	6.902.722,43	4.587.534,21
2º	Outros desembolsos de investimentos	0,00	0,00

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RELEVÂNCIA	DESCRIÇÃO	VALOR(R\$)	
		2019	2018
<b>INGRESSO</b>			
1º	Transferências de capital recebidos	6.066.648,25	2.255.010,00
2º	Operações de créditos	0,00	0,00
<b>DESEMBOLSO</b>			
1º	Outros desembolsos de financiamentos	2.307.124,05	2.044.728,93
2º	Amortização/Refinanciamento da dívida	0,00	0,00



#### **Nota 4 – Saldos de disponibilidades indisponíveis para uso imediato**

Não há saldos significativos de caixa ou equivalente de caixa mantidos, mas que não estão disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial.

#### **Nota 5 – Transações que não envolveram uso de caixa**

Não houve transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa.

#### **Nota 6 – Ajustes de retenções**

Não houve ajustes relacionados às retenções.